



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

LUCIANO DOS SANTOS GUEDES

**UMA RELIGIOSIDADE PROIBIDA:
DISCUTINDO O DIREITO À RELIGIÃO A PARTIR DAS IGREJAS INCLUSIVAS**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

LUCIANO DOS SANTOS GUEDES

**UMA RELIGIOSIDADE PROIBIDA:
DISCUTINDO O DIREITO À RELIGIÃO A PARTIR DAS IGREJAS INCLUSIVAS**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades sediado no Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Craice da Silva.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

LUCIANO DOS SANTOS GUEDES

**UMA RELIGIOSIDADE PROIBIDA:
DISCUTINDO O DIREITO À RELIGIÃO A PARTIR DAS IGREJAS INCLUSIVAS**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades sediado no Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 05/01/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Carla Craice da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

Prof.^a Dr.^a Maria Andrea Santos Soares

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

“O fenômeno homossexual é a expressão mais acabada de uma humanidade inacabada; ela é a expressão mais significativa da ambivalência não só da sexualidade, como também da própria vida humana”.

(Antônio Moser)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	OBJETIVOS	7
2.1	OBJETIVO GERAL	7
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	7
3	JUSTIFICATIVA	7
4	MARCO TEÓRICO	10
4.1	O PRIVADO E O POLÍTICO NA DISCUSSÃO DA SEXUALIDADE E RELIGIÃO	10
4.2	A TEOLOGIA INCLUSIVA	12
4.3	A IGREJA INCLUSIVA E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA	14
5	METODOLOGIA	19
6	CRONOGRAMA	20
	REFERÊNCIAS	21

1 INTRODUÇÃO

A diversidade sexual e de gênero continua se apresentando como um tema tabu no contexto religioso. Discutir a relação entre religiosidade e sexualidade tenciona o cenário uma vez que, a maioria das religiões não possui uma normativa homogênea que acolha a diversidade sexual e de gênero para a prática da fé e o direito de exercer sua religiosidade. Por exemplo, as igrejas evangélicas tem o discurso da prática sexual apenas para a reprodução, condenando muitas vezes, o sexo como algo importante para o prazer e a saúde do sujeito. Nem ao menos as religiões de matriz afrodescendentes possuem uma ação comum frente à diversidade sexual e de gênero, cabendo à interpretação das mães ou pais de santo sobre como proceder ao acolhimento de tal diversidade.

Entende-se que a religião não se restringe às escolhas pessoais na esfera privada; pelo contrário, ela se realiza e é realizada no âmbito da esfera pública. Portanto, a religião esta sujeita a contradições e a intolerâncias recorrentes da esfera pública como qualquer aspecto da vida pública. Nem sexualidade, nem religião podem ser remetidas inteiramente ao domínio do privado, pois é com suas identidades sexuais, de gênero e religiosas que as pessoas assumem seus espaços e responsabilidades nas esferas políticas e sociais. Aqui o *privado também é político*.

A partir das barreiras das pessoas da comunidade LGBT exercer seu direito a religião que ganha espaço a teologia inclusiva. O discurso da teologia inclusiva é acessado para defender os direitos das pessoas LGBT's, entre eles, o direito à vivência irrestrita da religiosidade, incluindo a adesão a uma religião. A teologia inclusiva traz no cerne da sua reflexão “os diferentes modos de conceber a intervenção da religião, como mensagem divina, na organização social e política da sociedade” (SANTOS, 2013 apud SANTOS, 2014, p. 38), compreendendo a importância em se ater as demandas sociais pela religião.

A teologia inclusiva tem se libertado como um braço da teologia para se conformar nas igrejas inclusivas. As igrejas inclusivas têm como um dos propósitos acolher a diversidade sexual e de gênero, possuindo orientação evangélica. É um fenômeno recente no Brasil, tomando forma a partir da década de 1990. Porém elas

voltam-se não apenas para as funções de acolhimento e vivência religiosa de LGBT, mas como espaço de enfrentamento político-social na luta pelos direitos humanos dessa população (JESUS, 2010).

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Investigar de que maneira os seguidores LGBT's das igrejas inclusivas vivem sua sexualidade enquanto exercem sua religiosidade.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Revisar a bibliografia em estudos sobre as igrejas inclusivas no Brasil;
- Identificar como se dão as relações entre religião e a diversidade sexual nas igrejas inclusivas;
- Investigar como os seguidores LGBT's das igrejas inclusivas se organizam internamente nesses espaços;
- Analisar a forma de enfrentamento à intolerância sexual e religiosa dos seguidores da igreja inclusiva.

3 JUSTIFICATIVA

Este projeto se justifica tendo em vista as barreiras enfrentadas pelos LGBT's para exercerem sua prática sexual e de gênero no âmbito das religiões, tanto de matriz judaico-cristã ou afrodescendente. Diversas são as narrativas de pessoas que foram expulsas ou deixaram de participar das suas comunidades religiosas tradicionais (heteronormativas¹) e decidiram se constituir enquanto comunidades

¹ A heteronormatividade se assenta na ideia de que o normal em relação a sexualidade é ser Cisgênero, ou seja, estar em acordo com o corpo/genitália com o qual nasceu e expressar o desejo sexual por pessoas do sexo oposto.

através das igrejas cristãs inclusivas, onde a identidade de gênero não normativa e a diversidade sexual não se convertem em exclusão.

O relacionamento entre a prática homossexual, de pessoas transexuais, lésbicas, bissexuais, e a religião varia de maneira enorme durante tempo e lugar. Ou seja, nem todas as religiões reprovam explicitamente a homossexualidade; algumas meramente omitem considerações a respeito. Contudo, a homossexualidade continua a ser reprovada pela maior parte das tradições judaico-cristãs pelo mundo. Natividade (2006 apud Jesus, 2010) observa que a homossexualidade tem sido debatida no âmbito de igrejas cristãs, porém através da interpretação da bíblia que repudia este comportamento. Inclusive é através desta chave interpretativa que se tem realizado a promoção de “curas da homossexualidade”, considerada como um mal espiritual ou físico.

A negativa bíblica expressa no velho testamento (Levítico) e no novo testamento (Romanos, 1º Coríntios e 1º Timóteo) impede a participação de pessoas LGBT's nas igrejas evangélicas. Aqui a base para a inclusão ou negação da diversidade sexual/de gênero depende de dois posicionamentos: uma leitura literal ou uma leitura que privilegia igualmente o texto e o contexto, tal como proposto pela teologia inclusiva.

Importa negritar que no contexto do fundamentalismo religioso, o sujeito LGBT é duplamente discriminado: comete o suposto “crime” de se desviar do padrão *cisheteronormativo* e pela desobediência à religião dominante. A religião também se coloca como uma norma, sendo que a religião dominante é cristã e interpreta a homossexualidade e a *transgeneridade* como pecados e anormalidades. Então, quando o sujeito não é cisheteronormativo, ele não se desvia do padrão normativo colocado pela religião dominante, sendo intolerado na esfera pública, incluindo a religião.

Além das religiões judaico-cristãs, os LGBT's enfrentam dificuldades também nas religiões de matrizes africanas. A prática da sua diversidade sexual e de gênero irá depender do entendimento que o pai ou da mãe de santo tem com relação às questões de gênero, e sexualidade e religião. Como constatado por Santos (2015), no Candomblé, as restrições e tratamentos diferenciados aos filhos-de-santo LGBT's não encontram ressonância na cosmovisão e mitos que dão base doutrinária a esta

religião.

Aqui novamente dois problemas de interpretação e decisão sacerdotal se encontram. No Candomblé, a cosmologia apresenta brechas que indicam a possibilidade de aceitação irrestrita das pessoas da comunidade LGBT. Segundo Rios (2011 apud SANTOS, 2015), a aceitação da comunidade LGBT no Candomblé pode ser pensada:

a partir da lógica da *metanidade*, isto é, o autor localiza a presença mítica dos orixás *metá-metá* como testemunho da fluidez, da articulação dos atributos de sexo e gênero que, em sua opinião é vivenciada por todos os orixás do panteão afrodescendente (SANTOS, 2015: 6).

Neste caso, a decisão de aceitar ou não sem interdições distintas, filhos-de-santo homo, hétero, lésbicas, trans ou cis fica a critério do entendimento do pai ou da mãe-de-santo. Essa decisão - aceitar ou não - pode se sustentar em duas direções específicas: o entendimento alargado e crítico da cosmogonia da religião ou a adoção de uma leitura cisheteronormativa dos conceitos de gênero e orientação sexual.

Contudo, segundo Silva e Barbosa (2015: 76) “é possível encontrar uma diversidade religiosa expressiva em nosso país, porém de certa forma regulada a partir da moral de uma religiosidade que se apresenta como “a” religião, mesmo diante da liberdade de crença”.

É essa norma que tem perpassado a sociedade brasileira em seus diversos espaços de sociabilidades e até mesmo no espaço político, impedindo que pessoas LGBT's tenham seus direitos respeitados e assegurados. Entre os direitos despeitados, inclui-se o direito a religião entre outros, como casamento, adoção e família, assegurados a pessoas cisheteronormativas.

Faz-se importante a discussão sobre as igrejas inclusivas tendo em vista as barreiras enfrentadas pelos LGBT's em aderir a uma religião. Além disso, é um tema pouco explorado academicamente apesar do aumento do número dessas igrejas e do crescimento do número de adeptos. Esta também cresce como uma força política, como destaca uma reportagem da BBC Brasil “o crescimento dessas igrejas ganhou força com o surgimento de políticas de combate à homofobia, ao passo que o preconceito também diminuiu, alegam especialistas” (BARRUCHO, 2012, p. 1).

4 MARCO TEÓRICO

4.1 O PRIVADO E O POLÍTICO NA DISCUSSÃO DA SEXUALIDADE E RELIGIÃO

O campo acadêmico alimenta a sua produção intelectual a partir das mudanças, tensões e crises que acontecem nos contextos sociais. Assim, as questões envolvendo sexualidade, gênero e religião, acabam por fornecer elementos para uma reflexão constante neste campo. Antes de avançar nessa reflexão, vale uma brevíssima explicação sobre o uso do conceito de gênero neste texto. Concordo com Lia Zanotta Machado (1998), quando afirma que o “uso do conceito de gênero se tornou cada vez mais generalizado no campo intelectual brasileiro”, porém muitas vezes utilizado “como sinônimo dos estudos de mulheres”, (MACHADO, 1998:107)².

As diferentes bases teóricas utilizadas pelos pesquisadores e pelas pesquisadoras sobre a questão de gênero oportunizaram um “alargamento” no entendimento do feminino, distanciando-o dos marcadores de genitália e anatomia. A potência dessa forma não-binária de compreender gênero e sexualidade foi percebida e adotada como slogan no movimento trans, sintetizada na expressão: “gênero não é genitália”. Esse alargamento permitiu que sujeitos que foram assignados como homens ou mulheres ao nascerem tendo em vista a sua anatomia/genitália pudessem se reconhecer no feminino ou masculino inversamente, a exemplo de travestis, homens e mulheres transexuais e transgêneros.

Refletir sobre a relação entre gênero e religião oferece dois desafios já apontados por Maluf (2007). Primeiramente, o fato que “não existe uma experiência religiosa genérica, ou um *homo religiosus* genérico” (MALUF, 2007, p. 2), o que considera a possibilidade de vivenciar de formas distintas uma religião. Segundo o

² Entretanto os estudos de gênero se diferenciam dos estudos de mulheres em, pelo menos, três características, tal como destacado por Machado (1998, p.108) “Primeiro, porque se está diante da afirmação compartilhada da ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero. Em segundo lugar, porque se está diante da afirmação do privilegiamento metodológico das relações de gênero, sobre qualquer substancialidade das categorias de mulher e homem ou de feminino e masculino. Em terceiro lugar, porque se está também diante da afirmação da transversalidade de gênero, isto é, do entendimento de que a construção social de gênero perpassa as mais diferentes áreas do social”.

fato que “raramente a religião tem sido conhecida como uma variável relevante entre as demais, como gênero, sexualidade, raça e etnicidade, classe, nacionalidade, etc.” (MALUF, 2007, p. 02); ou seja, a religião como um aspecto a ser realizado na esfera pública.

Além disso, o contexto político atual traz desafios para se pensar a relação entre religião e sexualidade. Diante da presença considerável de políticos evangélicos no Congresso que usam o pensamento religioso como parâmetro para as suas decisões, a variável “religião” passou a ter mais destaque e recorrência nos estudos envolvendo sexualidade e gênero. Até mesmo porque, muitos projetos de lei que tratam dos direitos das mulheres, negros e população LGBT têm encontrado barreiras na sua aprovação por parte da bancada religiosa.

Seffner (2009) contribui para o aprofundamento dessa reflexão quando afirma que,

o pensamento religioso, explicado por ele como sendo a adesão a um certo conjunto de orientações de uma religião, ou a construção individual de um conjunto de crenças de natureza religiosa, produz efeitos na vida em sociedade, como qualquer outro pertencimento de natureza social (classe, raça/etnia, geração, gênero, orientação sexual, etc.) (SEFFNER 2009:3)

Os efeitos podem ser danosos quando perspectivas doutrinárias são usadas como parâmetros para decisões sociais no âmbito político. Contudo, deve-se atentar para diferentes maneiras de “ser evangélico”, o que contribui para a compreensão das dissintonias que podem existir entre os posicionamentos dos pastores/candidatos/representantes evangélicos e o conjunto das percepções de toda a população que os elege.

A doença da nossa sexualidade ocidental é fundamentalmente constituída pela neurose cristã na síntese histórica que o cristianismo fez nos últimos 1700 anos de Constantino para cá. O cristianismo é o principal patrono da sexualidade ocidental e eis a razão pela qual a homossexualidade é a mais extravagante, a mais exagerada ou a mais conhecidamente reprimida.

O cristianismo sempre foi atrelado à sensação de culpa pelas questões ligadas à sexualidade.

É necessário deixar bem claro: não pretendo afirmar que o sexo não tenha

sido proibido, bloqueado, mascarado ou desconhecido desde a época clássica; nem mesmo afirmo que a partir daí ele o tenha sido menos do que antes. Não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna (FOUCAULT, 1997, p. 17).

Contudo, o discurso teológico inclusivo vem em contrapartida justamente para busca ampliar os horizontes de percepção, inserir categorias marginalizadas do ponto de vista sociológico.

4.2 A TEOLOGIA INCLUSIVA

A teologia inclusiva se constitui como um ramo provindo da teologia tradicional com o intuito específico de incluir aquilo que um dia sofreu exclusão por algum motivo, por exemplo, as mulheres, os homens, os negros e, no contexto da nossa atualidade, os homossexuais. Por isso diz-se que a teologia é única, todavia, a teologia inclusiva tem especificamente o alvo de proclamar o amor de Deus e a aceitação de Deus para todos.

Na contemporaneidade, momento da emergência recente das comunidades cristãs inclusivas, um novo desafio é proposto aos teólogos e às teólogas: “a necessidade de uma interpretação contextual e não homofóbica/sexista da Bíblia” (JESUS, 2010:133). Cabe fazer as mesmas indagações que Ehrman (2015) faz em seu livro *O que Jesus disse? O que Jesus não disse? Quem mudou a Bíblia e por quê?*³, a respeito da adoção literal do texto bíblico:

A respeito da adoção literal do texto bíblico, Ehrman (2015) diz:

E se a Bíblia não der uma resposta a toda prova para as questões dos tempos modernos – aborto, direitos das mulheres, direitos dos homossexuais, supremacia religiosa, democracia ocidental, e assim por diante? E se nós mesmos tivermos de descobrir como viver e como acreditar por nós mesmos, sem olhar para a Bíblia como um falso ídolo, ou um oráculo que nos dá uma linha de comunicação direta com o Todo-Poderoso? (p. 24).

Ehrman (2015) é teólogo norte americano, doutor em teologia e especialista nos estudos sobre a Bíblia, fundamentalmente o Novo Testamento. O autor traz contribuições importantes para pensar a ação do homem na escrita bíblica e sobre

os riscos de entender essa escrita de forma literal. Entende-se que aquilo que está escrito na Bíblia deve ser compreendido como delimitado pelos próprios autores que a escreveram: humanos com seus pontos de vista e suas necessidades e, até certo ponto, sua própria teologia. Além disso, os escritos da Bíblia perduraram por séculos e foram realizados em diversos lugares.

É com essa chave sócio histórica, a respeito da influência humana na escrita bíblica, que a base de uma teologia inclusiva vai se conformando em consonância com as construções teóricas das teologias feminista, negra e da libertação. É a partir desta teologia que os “cristãos inclusivos” irão argumentar o direito de viver sua religiosidade no âmbito de uma religião independente da sua identidade de gênero e/ou orientação sexual.

Feitosa (2010) explica que a teologia inclusiva, não é uma nova teologia, mas sim, um ramo da teologia tradicional, que se volta para a inclusão prioritariamente das pessoas socialmente estigmatizadas como os negros, as mulheres (heterossexuais, bissexuais, lésbicas), homossexuais, travestis, transexuais e transgêneros. O autor destaca que o pilar central dessa teologia é o amor incondicional de Deus pelos seres humanos, que foi negado a uma parcela da humanidade pelo discurso religioso ao longo de vários séculos.

Nos eixos doutrinários dessa teologia perpassam as contribuições das teologias negra, feminista, *queer* e da libertação. Feitosa (2010) mostra que a teologia inclusiva combate a opressão da heterossexualidade compulsória e outorga às pessoas da comunidade LGBT o papel de protagonista de suas vidas. Desconstroem-se, assim, doutrinas excludentes e se constrói possibilidades reais de vivenciar a afetividade e a sexualidade na religião, o que “restitui aos gays, lésbicas e transgêneros o integrar-se à Igreja como sujeitos, agentes e essenciais à diversidade que compõe o corpo de Cristo” (FEITOSA, 2010:26). Por um lado, entende-se que a questão sexual não é meramente uma opção, mas exige e conforma exclusões nas diferentes instituições da esfera pública; por outro lado, a questão teológica das igrejas tradicionais exclui principalmente os homossexuais.

No campo político da esfera pública, a intolerância religiosa e a restrição aos direitos têm sido concretizadas pela entrada de representantes das religiões cis-

³ Título original: *Misquoting Jesus: The Story Behind Who Changed the Bible and Why*

heteronormativas no plano decisório governamental. Estes governantes tentam normatizar os comportamentos dos sujeitos a partir da sua visão doutrinária, impondo seus dogmas como estratégia de normatização moral das pessoas, principalmente daquelas que subvertem ou se diferenciam do proposto no sistema sexo-gênero vigente.

Na verdade, a intolerância religiosa vem de várias direções, não somente dos fundamentalistas religiosos, mas também das pessoas cotidianas. Primeiro, não se respeita pessoas que fogem aos padrões sexuais e de gênero e, segundo, não se aceita que pessoas LGBT's tenham religião. Então, a intolerância religiosa motivada pela LGBTfobia tem características distintivas daquela encenada entre as religiões de origem judaico-cristãs e de matrizes afro-brasileiras.

Os marcadores de diferença (condição socioeconômica, raça/etnia, religião) se combinam de forma perversa, causando mais exclusão social e violência contra LGBT's. É nas religiões de matrizes afro-brasileiras que gays, lésbicas e transgêneros são localizados no imaginário social. Decidir então ser evangélico contraria um script já dado e atrai os discursos de ódio e atos de violência. Vale lembrar que a norma cristã impõe ao LGBT decisões para realizar sua fé na sua religião: ou se submete aos castigos religiosos deteriorando a sua identidade LGBT ou se vive a religiosidade de uma forma nova, autêntica no modo em que se concebe os valores de suas crenças através de um processo de identificação religiosa seletiva, a exemplo das igrejas inclusivas.

4.3 A IGREJA INCLUSIVA E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

É a partir da teologia inclusiva e das reuniões de grupos de pessoas LGBT oriundas das mais diversas denominações religiosas evangélicas que surge as primeiras igrejas ou comunidades inclusivas.

A igreja inclusiva nasce a partir de inquietações de seu fundador Troy Perry, principalmente ao assumir sua condição homossexual após um casamento “heteronormal” desfeito e por ser expulso da Igreja que frequentava. Toda sua vida ele participou de uma Igreja Pentecostal tradicional com seus pais. O termo “inclusão” ganhou uma nova conotação no cenário religioso. Ser uma igreja inclusiva na

definição corrente é ser uma igreja aberta para a comunidade LGBT.

No Brasil, as igrejas inclusivas surgiram:

a partir do final dos anos 1990 com a articulação de alguns grupos que discutiam religião e homossexualidade a partir da experiência de LGBT sem suas igrejas de origem. Mas é somente a partir do início dos anos 2000 que acontece uma proliferação de diversas denominações religiosas inclusivas no Brasil (JESUS, 2010: 132).

A presença das igrejas inclusivas no universo religioso do nosso país tem gerado os mais diferentes tipos de manifestações, desde o ataque direto e contundente a forma de pensar teológica destes grupos até a total indiferença para esta nova realidade. Ambas as posturas carecem de uma investigação mais acurada, pois a presença de qualquer religiosidade traz consigo várias questões que precisam ser analisadas.

Hoje já encontramos também dentro das igrejas históricas tradicionais, padres, pastores e leigos trabalhando com grupos gays, dando a eles e a sua família, apoio, respeito e os recebendo sem discriminação. Porém, ainda são trabalhos isolados que atingem a uma minoria, e normalmente feitos em poucos bairros das grandes cidades, sob grande tensão.

Dentro das diversas igrejas históricas cristãs o processo de transformação e aceitação da homossexualidade já começou. Para as igrejas pentecostais e neopentecostais a mudança será difícil, pois para isso acontecer haverá necessidade de passar da leitura literal da Bíblia para uma interpretação onde a hermenêutica bíblica esteja presente.

Os discursos de ódio e a intolerância religiosa trazem desrespeito à cidadania e aos direitos das pessoas, os quais são impostos pelos religiosos fundamentalistas e conservadores da sociedade, causando transtornos uma vez que gera hostilidade contra um determinado grupo (raça, religião, nacionalidade, orientação sexual, gênero, condição física).

Hoje já encontramos também dentro das igrejas históricas tradicionais padres, pastores e leigos trabalhando com grupos gays, dando a eles e a sua família, apoio, respeito e os recebendo sem discriminação. Porém, ainda são trabalhos isolados que atingem a uma minoria, e normalmente feitos em poucos bairros das grandes cidades.

Dentro das diversas igrejas históricas cristãs o processo de transformação e aceitação da homossexualidade já começou. Para as igrejas pentecostais e neopentecostais a mudança será difícil, pois para isso acontecer haverá necessidade de passar da leitura literal da Bíblia para uma interpretação onde a hermenêutica bíblica esteja presente.

A intolerância religiosa se expressa em pichamentos nos muros e paredes das igrejas inclusivas, nos discursos homofóbicos e demonizadores proferidos nos púlpitos das igrejas fundamentalistas, nas reportagens dos jornais, redes sociais, nos atos de violência, podendo até chegar à morte, causada pelas tentativas de “curar” ou “salvar” os “invertidos”, “sodomitas”, como são chamados os dissidentes sexuais e de gênero por muitos cristãos tradicionais. Para efeito de análise, destacamos aqui dois episódios envolvendo religião e comunidade LGBT.

Em dezembro de 2010, uma igreja inclusiva sofreu pichações e foi alvo de vandalismos. A reportagem sobre o fato também se revestiu de violência homofóbica, expressa na redação do título da manchete: “Igreja evangélica gay sofre série de ataques homofóbicos” (ARAÚJO, 2010). As igrejas inclusivas não são igrejas estritamente frequentadas por homossexuais. Estas igrejas acolhem todas as pessoas independentes da orientação sexual ou identidade de gênero. Se a maioria dos seus membros são gays, lésbicas, travestis ou transexuais é porque são estes os que foram e que são sistematicamente excluídos das igrejas tradicionais. O texto da reportagem dizia que a:

Igreja da Comunidade Cristã Nova Esperança (CCNE) de Fortaleza vem sofrendo vandalismo com pichações de cunho homofóbico desde agosto deste ano, segundo a polícia. A igreja é conhecida por agregar a comunidade gay, público que compõe 99% de seus seguidores. Cerca de 60 integrantes receberam ameaças de morte, disse pastora (ARAÚJO, 2010, p. 1).

Em 2015, uma reportagem bem intrigante apareceu em um site evangélico (GOSPEL MAIS, 2015). A reportagem trazia o seguinte título: “Ativistas picham igreja evangélica com desenho de pênis em apoio à parada gay: ‘Viva Traveco’”. Os redatores do site atribuíram a autoria dessa pichação aos ativistas “gays”. O texto da reportagem em si, já traz alguns *indicativos* de que possivelmente não foram os “ativistas gays” que realizaram a pichação.

Os ativistas gays resolveram reagir às críticas feitas por lideranças cristãs às manifestações ocorridas na Parada Gay de São Paulo, no dia 07 de junho. Uma igreja em Niterói (RJ) foi pichada com ícones e frases de apologia ao homossexualismo. A Igreja da Aliança foi vandalizada por ativistas gays na madrugada de sexta (12) para sábado, 13 de junho. O muro do templo foi pichado com um desenho de um órgão genital masculino e inscrições como “LGBT”, “**Viva Traveco**” e “#ditaduragay”. O termo popular “traveco”, usado para se referir a homens que modificam o corpo através do uso de hormônios e próteses de silicone para se parecerem com uma mulher, foi usado em referência ao transexual que desfilou “crucificado” em cima de um trio elétrico durante a Parada Gay. A manifestação do transexual gerou enorme polêmica na sociedade, com manifestações estupefatas de diversas lideranças cristãs, e um protesto dos deputados federais que se organizam nas bancadas evangélica e católica. O colunista do Gospel+, Paulo Teixeira, comentou o ato de vandalismo à igreja em Niterói e afirmou que “tal fato mostra que os integrantes desse movimento não têm limites e partem para o confronto, principalmente contra os grupos que discordam da prática do homossexualismo” (GOSPEL MAIS, 2015: 1).

Lima e Barbosa (2011), ao analisar o uso pejorativo do sufixo “eco”, confirmam que na palavra *traveco* “ocorre o processo de truncamento (de travesti para trava) e o posterior acréscimo do sufixo - eco; entretanto, neste caso, o sufixo intensifica o grau de pejoratividade, pois a forma truncada (trava) já é considerada depreciativa” (p. 132). Também Queiroz (2004) afirma que “traveco” é uma expressão usada para discriminar as travestis. A cartilha afirma como tratamento respeitoso o termo “travesti”.

Outro *indicativo* é a relação contraditória e confusa que aparece no texto, não diferenciando travestis e transexuais. O fato narrado foi a performance da atriz transexual Viviany Belebony realizada na 19ª parada do orgulho LGBT, de São Paulo, em 2015. Na ocasião Belebony veio em cima de um trio elétrico com uma fantasia que tematizava uma crucificação. Belebony, estava com as mãos presas em uma cruz de madeira e com o letrero “Basta de Homofobia GLBT”, em uma ação que visava sensibilizar a sociedade das mortes e crimes de ódio contra a população LGBT, em especial travestis e transexuais.

A performance da transexual desencadeou vários debates nas redes sociais e dividiu a opinião de representantes de diferentes religiões. O jornalista Neto Lucon (2015) registrou “uma cena que chamou atenção na Praça Largo do Arouche, em São Paulo: um padre católico e um pastor evangélico pediram ‘perdão’ pelo fundamentalismo religioso que gera o preconceito e a transfobia”.

Na reportagem, o padre Júlio Lancelotti e o pastor evangélico da Igreja Batista

José Barbosa Junior lavaram os pés da artista Viviany Beleboni.

Aqui vale uma pequena parada para explicar que o termo *fundamentalismo religioso* é usado para se referir à crença na interpretação literal dos livros sagrados. Os fundamentalistas são encontrados entre religiosos e pregam que os dogmas de seus livros sagrados sejam seguidos à risca.

O ocorrido com Viviane Beleboni conseguiu agregar consenso e sua ação foi vista como uma forma legítima e criativa de expressar e denunciar o sofrimento e violência diária imposta à população trans no Brasil. Exemplo disso foi o posicionamento da Frente Nacional LGBT UJS, que demonstrou seu apoio ao seu ato, afirmando que:

a opção pela imagem da cruz talvez tenha sido para provocar uma reflexão entre aqueles que, se utilizando de prováveis preceitos religiosos, reproduzem as mais duras opressões. Se esse foi o objetivo, julgamos correta a iniciativa e manifestamos nosso apoio. A tolerância entre todos os segmentos étnico-culturais, religiosos e de gênero é fundamental para o avanço e aprofundamento da democracia em nosso país! (FRENTE NACIONAL LGBT UJS, 2015, p. 1)

Diante dessa brevíssima reflexão, podemos constatar que existem muitos atores sociais com diferentes agendas pro e contra direitos humanos para LGBT e que a religião tem perpassado estas lutas. As igrejas inclusivas aparecem nesse cenário como espaço possível não somente para a vivência religiosa, mas também como empoderamento e representação fincada em um discurso pro LGBT no campo religioso e político.

Essas igrejas a partir de uma teologia inclusiva oferecem a possibilidade de transformar, reinterpretar e questionar as crenças que geram sentimento de culpa ou baixa autoestima, permitindo criar e desenvolver religiosidades no âmbito da religião. Promove-se um exercício de liberdade de crença, exercitando um direito constitucional e, ao mesmo tempo, preservando de sua saúde mental (SILVA; BARBOSA, 2015).

Apesar de recente, essas igrejas já contam com alguns teólogos inclusivos. Esses teólogos têm produzido conhecimento a respeito de interpretações contextualizadas que indicam novos caminhos e entendimentos para além da literalidade bíblica. Essa lateralidade tem sido utilizada pelo discurso conservador das igrejas evangélicas tradicionais em sua tentativa de aprisionar as pessoas nos

modelos de sexo-gênero vigente, sempre voltados para a reprodução.

5 METODOLOGIA

O trabalho de pesquisa aqui proposto irá utilizar sobre os métodos de investigação habitualmente utilizados nas investigações de ciências sociais de cunho qualitativo (GOLDENBERG, 1997), em geral, constituídos por consulta em fontes documentais, observação participante e realização de entrevistas. A pesquisa se dará na Igreja Cristã Contemporânea em Salvador (BA).

Esta pesquisa se define como estudo de campo (GOLDENBERG, 1997), pois a mesma irá procurar o aprofundamento de uma realidade específica. Será realizada por meio da observação participante direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes (população LGBT e os pastores das igrejas inclusivas) para captar as explicações e interpretações do que ocorrem naquela realidade.

6 CRONOGRAMA

ATIVIDADES	MAR	ABR	MAIO	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN
Escolha do tema e do orientador										
Encontros com o orientador										
Pesquisa bibliográfica preliminar										
Leituras e elaboração de resumos										
Elaboração do projeto										
Entrega do projeto de pesquisa										
Revisão bibliográfica complementar										
Coleta de dados complementares										
Redação da monografia										
Revisão e entrega oficial do trabalho										
Apresentação do trabalho em banca										

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Glauco. Igreja evangélica sofre série de ataques homofóbicos em Fortaleza. Portal G1. 15 de Dezembro de 2010. Disponível em <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/12/igreja-evangelica-sofre-serie-de-ataques-homofobicos-em-fortaleza.html>; Acesso em 20 de novembro de 2017.
- BARRUCHO, Luís Guilherme. Desafiando preconceito, cresce número de igrejas inclusivas no Brasil. **BBC Brasil**. 27 de abril de 2012. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/04/120329_igrejas_tolerancia_gays_lb> Acesso em 06 de dezembro de 2017.
- EHRMAN, Bart D. **O que Jesus disse? O que Jesus não disse? Quem mudou a bíblia e por quê?** Tradução de Marcos Marcionílio, 2ª edição, Rio de Janeiro: Agir, 2015.
- FEITOSA, Alexandre. **Bíblia e homossexualidade: verdades e mitos**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.
- FRENTE NACIONAL LGBT UJS. A crucificação é todo dia! **Site UJS**. 09 de junho de 2015. Disponível em <http://uj.org.br/index.php/noticias/a-crucificacao-e-todo-dia-uj-contr-a-lgbtobia/>. Acesso em 08 de junho de 2017.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Editora Record, 1997.
- GOSPEL MAIS. Ativistas picham igreja evangélica com desenho de pênis em apoio à Parada Gay: “Viva Traveco”. **Gospel Mais** (site de notícias). 15 de junho de 2015. Disponível em <https://noticias.gospelmais.com.br/ativistas-gays-picham-igreja-penis-apoio-parada-gay-77312.html>; Acesso em 20 de novembro de 2017.
- JESUS, Fátima Weiss de. A cruz e o arco-íris: refletindo sobre gênero e sexualidade a partir de uma “igreja inclusiva” no Brasil. **Revista Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 12, n. 12, p. 131-146, 2010.
- LIMA, Bruno Cavalcanti; BARBOSA, Maria Fernanda M. O sufixo – eco sempre forma diminutivos com valor pejorativo no PB? Domínios da Linguagem, **Revista Eletrônica de Linguística**, vol. 5, nº 2, 2011.
- LUCON, Neto. Padre católico e pastor pedem perdão e lavam os pés de travesti “crucificada” da Parada. **Jornal A CAPA**. 26 de junho de 2015. Disponível em <<https://disponivel.uol.com.br/acapa/politica/padre-catolico-e-pastor-pedem-perdao-e-lavam-os-pes-da-travesti-crucificada-da-parada/2/14/26767>>. <Acesso em 23 de junho de 2017.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero: um novo paradigma? **Cadernos Pagu** (11). Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1998

MALUF, Sônia Weidner. Gênero e religiosidade: duas teorias de gênero em cosmologias e experiências religiosas no Brasil. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, v. 99, p. 5 -19, 2007.

QUEIROZ, Antônio Carlos. **Politicamente correto e direitos humanos**. Brasília: SEDH, 2004.

SANTOS, Ailton da Silva. Direitos humanos e teologia política, o olhar e Boaventura Santos. **Revista em Pauta** – Rev. da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. n. 34, vol. 12, p. 221-225, 2014.

_____. O gênero na berlinda: reflexões sobre a presença de travestis e mulheres transexuais nos terreiros de Candomblé. SOUZA, Ana Madarino; GOMBERG, Estélio (Orgs). **Candomblé: uma encruzilhada de ideias**. Salvador: EDUFBA, 2015.

SEFFNER, Fernando. Para pensar as relações entre religiões, sexualidades e políticas públicas: proposições e experiências In: **Anais do Diálogo Latino-americano sobre Sexualidade e Geopolítica** (24 e 26 de agosto de 2009), Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Laionel Vieira da; BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira. Entre cristianismo, laicidade e estado: as construções do conceito de homossexualidade no Brasil. **Mandrágora**, v.2, nº 2, p. 67-88, 2015.